

Há nesta argumentação do sr. Otto Prazeres, primeiramente, um erro de fato. Não seis meses, como supõe, mas apenas dois seriam necessários para que se pudesse instalar o novo parlamento: trinta dias para a eleição e outros trinta para a apuração. Deixou-se influenciar o articulista pela eleição de 2 de dezembro, para a qual não preexistia um eleitorado, que foi preciso qualificar e inscrever urgentemente, e não havia partidos, que foi necessário organizar. Trata-se, evidentemente, de um caso singular e que, esperamos, nunca mais se reproduzirá em nosso país.

Qual seria, porém, a verdadeira situação, quando se tivessem de realizar eleições por motivo da dissolução do parlamento? Teríamos já o eleitorado que nos faltava quando a Ditadura resolveu finalmente franquear as urnas. E, sendo permanente e obrigatório o alistamento, estaria sempre em dia o corpo de eleitores e em pleno funcionamento a justiça eleitoral. Trinta dias, não mais, bastariam para a reunião dos comícios eleitorais, ainda mesmo num país tão vasto como o nosso. O Canadá e a Australia são nações de enorme extensão territorial e de população pouco densa; entretanto, tais condições nunca impediram a boa prática do regime parlamentar.

O segundo erro do sr. Otto Prazeres é de apreciação. Assimila ele a uma ditadura o período mais ou menos longo, compreendido entre a dissolução do antigo e a reunião do novo parlamento. Esquece, porém, que o gabinete demissionario continua adstrito a todas as leis existentes e ao orçamento votado pela legislatura, e tolhido fica ele na sua atividade pela consideração de ser um governo transitorio, a que só cabe resolver os assuntos urgentes.

Se a isto se pode chamar ditadura — precaria ditadura de alguns meses — que diremos do período de recesso do Congresso no regime presidencial, com um executivo forte, em vez de mal-ferido, como se encontra o gabinete quando forçado a dissolver o parlamento?

Compreende-se que estes quinze anos de República Nova e Estado Novo tenham gerado um horror salutar às ditaduras. Mas convem não exagerar e, sobretudo, não empregar mal o termo. Aonde iriamos ter, se considerasse os a mais perfeita expressão da democracia representativa — que é inegavelmente o parlamentarismo — como um sistema capaz de gerar ditaduras?